

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E  
ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM -  
FIDI. (SES/GO)**

Relatório dos auditores independentes sobre  
as demonstrações contábeis em 31 de  
dezembro de 2015.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'K 38', is located in the bottom right corner of the page. To the right of the signature is a stylized, handwritten mark that looks like a 'K' with a circle and a diagonal line through it.

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO  
DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI  
REGISTRADA SOB O CNPJ N° 55.401.178/0011-08 (CONTRATO DE  
GESTÃO N° 170/2011 – SES/GO)**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015**

**CONTEÚDO**

- Relatório dos auditores independentes
- Balanços patrimoniais
- Demonstrações de resultados
- Demonstrações das mutações do patrimônio social
- Demonstrações dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da  
**Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria, apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.



A member of Nexia International, a worldwide network  
of independent accounting and consulting firms.

Three handwritten signatures are visible in the bottom right corner of the page. The first signature is in blue ink, the second is in black ink, and the third is in dark red ink.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

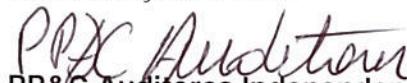
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem – FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO), em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os números relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório do auditor foi divulgado em 9 de março de 2015, sem ressalvas de opinião sobre as demonstrações contábeis.

16 de março de 2016.

  
PP&C Auditores Independentes  
CRC2SP16.839/O-0

  
Paulo José de Carvalho  
CRC1SP145.095/O-8  
Contador





SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS  
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

CNPJ: 55.401.178/0011-08

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Nota explicativa	31 de dezembro		Nota explicativa	31 de dezembro	
		de 2015	de 2014		de 2015	de 2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7	652.617	1.249.851	Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.916.031
Contas a receber SES-GO	8	11.893.063	2.033.526	Obrigações fiscais a recolher		2.760.653
Estoques	9	108.438	72.302	Salários, encargos e contribuições	13	157.193
Despesas antecipadas e outros créditos				Provisão de férias e encargos		83.258
Adiantamentos				Receita diferida		457.591
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>12.788.297</b>	<b>3.534.304</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.228.962</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Receita diferida	10	409.592
Depósitos judiciais		76.002	-	Contas correntes com a OSS-Fidi	14	8.909.416
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>76.002</b>	<b>-</b>	Provisão	15	1.747.933
				<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.066.941</b>
Ativo fixo da SES-GO	10	2.247.384	4.086.325	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.844.237</b>
Ativo fixo da OSS-Fidi	11	495.833	1.386.269	Patrimônio social	16	(7.526.733)
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.839.219</b>	<b>5.472.594</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		1.198.593
				Superávit (déficit) acumulado		350
				Superávit (déficit) do exercício		280
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(8.725.326)</b>
						<b>(1.688.387)</b>
						<b>(7.526.733)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.607.516</b>	<b>9.006.898</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.006.898</b>

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

3

3



**Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
<b>Receita líquida</b>		<b><u>37.149.436</u></b>	<b><u>24.282.312</u></b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Salários e encargos		(12.268.956)	(11.812.395)
Serviços de terceiros		(15.142.908)	(12.858.311)
Materiais	9	(2.212.820)	(2.585.420)
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)		(1.484.138)	(5.802.349)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(439.571)	(191.706)
Outras despesas (receitas) operacionais		159.027	140.153
		<b><u>(31.389.366)</u></b>	<b><u>(33.110.028)</u></b>
<b>Superávit (déficit) antes das despesas (receitas) financeiras</b>		<b><u>5.760.070</u></b>	<b><u>(8.827.716)</u></b>
Despesas financeiras		(21.727)	(40.662)
Receitas financeiras		99.373	143.052
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	20	<b><u>5.837.716</u></b>	<b><u>(8.725.326)</u></b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>avaliação patrimonial</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>746.707</u></b>	<b><u>451.886</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.198.593</u></b>
Destinação do superávit anterior	451.886	(451.886)			-
Déficit do exercício		(8.725.326)			(8.725.326)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b><u>1.198.593</u></b>	<b><u>(8.725.326)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(7.526.733)</u></b>
Destinação do déficit anterior	(8.725.326)	8.725.326			-
Ajuste de avaliação patrimonial				350	350
Superávit (déficit) acumulado			280		280
Superávit do exercício		5.837.716			5.837.716
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b><u>(7.526.733)</u></b>	<b><u>5.837.716</u></b>	<b><u>280</u></b>	<b><u>350</u></b>	<b><u>(1.688.387)</u></b>

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)

**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
(Valores expressos em reais)

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (déficit) do exercício	5.837.716	(8.725.326)
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes</b>		
Depreciações e amortizações	2.278.512	2.029.341
Recuperação de depreciações e amortizações de ativos de subvenção	(1.838.941)	(1.837.636)
Ajuste de avaliação patrimonial	630	-
Constituição de provisão para contingências	551.799	544.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	3.624.191
	<b>6.829.716</b>	<b>(4.364.433)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>		
Contas a receber	(9.869.537)	13
Estoques	(36.137)	164.119
Despesas antecipadas	51.103	(46.048)
Depósitos judiciais	(76.001)	-
Adiantamentos	566.988	(36.945)
	<b>(9.363.584)</b>	<b>81.139</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	155.378	(282.382)
Obrigações fiscais a recolher	73.934	35.630
Salários, encargos e contribuições	254.718	47.117
Provisões de férias e encargos	55.538	72.451
Contas correntes com a OSS-Fidi	1.501.645	6.042.699
	<b>2.041.213</b>	<b>5.915.514</b>
<b>CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(492.655)</b>	<b>1.632.221</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(104.579)	(1.432.741)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(104.579)</b>	<b>(1.432.741)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(597.234)</b>	<b>199.480</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	1.249.851	1.050.371
Saldo final do caixa e equivalentes	652.617	1.249.851
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(597.234)</b>	<b>199.480</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL E DESEMPENHO NO ANO**

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi) ("OSS-Fidi") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter benéfice de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na rua dos Ingleses, 569 e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A Entidade é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Estadual (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás. Em 17 de setembro de 2015 a Entidade transmitiu a Prestação de Contas ao Ministério da Justiça por meio de Sistema de Prestação de Contas Anual para renovação do Título de Utilidade Pública Federal (UPF). A lei 91 de 28 de agosto de 2935 que determinava regras para as sociedades declaradas de utilidade pública foi revogada pela lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015. Com essa alteração o Ministério da Justiça não mais emitirá o título de UPF e a renovação foi extinta.

A OSS-Fidi firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), em 20 de janeiro de 2012 para implantação e operacionalização da gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem ("Entidade") a serem prestados naquele Estado. Em julho de 2015 foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de gestão incluindo nova unidade de atividades (Hospital de Urgências de Goiânia Lage de Siqueira – HUGOL) e repactuação de repasse de recursos financeiros com alteração de metas de produção.

A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, através de meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central, com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal para a realização de exames por imagem definidos pela unidade hospitalar.

A seguir, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:

	<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	
	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Total de exames	382.128	329.741

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 08 de março de 2016 e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Curador da OSS-Fidi em 23 e 29 de março de 2016, respectivamente.

Para elaborar tais demonstrações financeiras, primordialmente, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 1.282/10. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)

(CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

### 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

### 4. DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

### 5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESPECÍFICAS ADOTADAS

#### Bases da preparação das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras foi feita sob o pressuposto da continuidade das atividades sociais da Entidade. A mensuração das transações foi feita sob o regime de competência e à luz do custo histórico como base de valor, custo amortizável e valor justo quando aplicáveis. Não havia, na Entidade, ativos mensurados pelo método da reavaliação até a data em que este instrumento foi legalmente proibido no Brasil.

Todas as contas estão apresentadas ao valor presente das respectivas datas de encerramento das demonstrações financeiras e refletem as mudanças da moeda ao longo dos períodos.

Todos os ativos estão apresentados mensurados ao seu valor de realização e, quando cabível, foram reduzidos a esse valor de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar o assunto.

Para mensurar os passivos, a Entidade fez uso das melhores estimativas que levam em consideração as perspectivas de saídas de fluxos de caixa para liquidação das obrigações.

#### Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas.

O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. Tais cenários constituem fontes de incerteza quanto aos valores de entradas e de saídas de recursos que só serão efetivamente conhecidos nas respectivas datas de realização financeira. Entretanto, a administração não espera grandes distorções quando do desfecho das transações.

#### Conjunto completo de demonstrações financeiras

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras, a saber: i) balanço patrimonial; ii) demonstração do resultado do período; iii) demonstração das mutações do patrimônio social; iv) demonstração dos fluxos de caixa. A Entidade, em cumprimento à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, adequou algumas nomenclaturas adotadas na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir o contexto das entidades sem finalidade de lucros. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade aplicou a Resolução CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a Entidade está desobrigada de elaborar tal demonstração. Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as empresas devem elaborar, quando aplicável a elas, a demonstração de outros resultados abrangentes. Não foi apresentada tal demonstração pela Entidade, uma vez que não ocorreram transações consideradas como sendo classificadas como outros resultados abrangentes nos períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras da Entidade. Para a elaboração das notas explicativas, a Entidade observou todas as normas mencionadas acima, bem como demais normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### Análise das despesas

Conforme facilita a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade optou por apresentar a análise de suas despesas pelo método da natureza dos dispêndios e os dividiu em três categorias funcionais dentro da organização, a saber: custos e despesas operacionais; despesas financeiras; e receitas financeiras.

#### Gestão de riscos

A Entidade está sujeita aos seguintes riscos:

- a) Risco de crédito:** A Entidade mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras de credibilidade reconhecida no país, com o intuito de minimizar riscos de crédito. Para o risco de inadimplência com clientes, a Entidade efetua provisões para ajustar os valores dos seus ativos financeiros ao seu valor de recuperação.
- b) Risco de liquidez:** Corresponde ao risco de a Entidade não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, quer seja em decorrência de descasamentos de prazos, quer seja porque o volume de recebimentos esteja inferior ao de pagamentos previstos. Para administrar esse risco, a Entidade estabelece premissas de desembolsos e de recebimentos previstos e monitora diariamente as transações.
- c) Risco político:** Uma vez que a Entidade trabalha integralmente para o setor público, está, portanto, sujeita a riscos de mudanças das políticas públicas.

#### Gestão do patrimônio social

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para cumprir os objetivos sociais da organização. Para tanto, procura manter uma estrutura de recursos que seja suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, fazendo uso de técnicas de gestão financeira e orçamentária.

#### Resumo das principais políticas contábeis específicas e relevantes da Entidade

As principais e específicas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas e as demais políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Não são citadas as políticas que não sejam específicas da Entidade, sendo todas elas (específicas ou não) aplicadas pela Entidade em conformidade com toda as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)



**a) Perda do valor de recuperação de ativos financeiros:** A Entidade avalia, ao final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que os seus ativos financeiros estão deteriorados. A política contábil específica da Entidade é provisionar 100% das contas a receber quando tais ativos alcançam a maturidade de um ano.

**b) Ativo fixo da SES-GO:** Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). Tais bens foram reembolsados pela Secretaria, conforme previsto em contrato na cláusula que versa sobre a verba de subvenção governamental para investimento. Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial. A política específica da Entidade diz respeito à depreciação e à amortização, as quais são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. As despesas correspondentes à depreciação e à amortização são compensadas pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

**c) Ativo fixo da OSS-Fidi:** Representam os ativos da OSS-Fidi que foram adquiridos com recursos alheios à verba de subvenção para investimento, mas que, igualmente aos ativos da SES-GO, são disponibilizados para uso no contrato de gestão, sendo a política específica da Entidade a esse respeito similar à aplicada aos ativos de subvenção no que tange às taxas de depreciação e amortização, porém, a despesa correspondente a cada período afeta o resultado da Entidade.

**d) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são testados para a verificação de seu valor recuperável sempre que exista evidência de perdas verificada por fatores externos ou internos à Entidade. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida ao resultado sempre que o valor contábil do bem exceder o valor de recuperação, seja por uso, seja por alienação.

**e) Passivos financeiros – fornecedores e outras contas a pagar:** São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Normalmente, são registrados pelo valor da fatura correspondente.

**f) Receita diferida:** Registra a contrapartida dos valores recebidos da verba destinada a ativos não monetários a serem mantidos por meio de subvenções governamentais, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A receita diferida, segundo a mencionada norma contábil, deve ser mensurada a curto e a longo prazos pelo período de depreciação e amortização dos ativos adquiridos por meio da subvenção governamental e deve ser reconhecida a crédito no resultado à medida que esses ativos forem sendo depreciados, de modo a eliminar o efeito da despesa correspondente.

## 6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade aguardava a assinatura de um termo aditivo que almeja aumentar o escopo do contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Goiás (SES-GO). Tal evento subsequente não altera os saldos de 31 de dezembro de 2014 das demonstrações financeiras.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa	-	-
Bancos	10	20
Aplicações financeiras	<u>652.607</u> <b><u>652.617</u></b>	<u>1.249.831</u> <b><u>1.249.851</u></b>

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)



8. CONTAS A RECEBER SES-GO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO)	11.893.063	2.472.937
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(449.411)
	<b>11.893.063</b>	<b>2.023.526</b>

A maturidade das contas a receber é dada:

	Valores a receber	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	
		PCLD	Líquido	Líquido
Saldos a vencer	4.848.526	-	4.848.526	2.023.526
Saldos vencidos até 30 dias	4.395.583	-	4.395.583	-
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	2.648.954	-	2.648.954	-
	<b>11.893.063</b>	<b>-</b>	<b>11.893.063</b>	<b>2.023.526</b>

Por fim, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em 2015, é:

<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(1.374.713)</b>
Constituições no período	(3.624.191)
Baixas no período	4.549.493
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(449.411)</b>
Constituições no período	-
Baixas no período	449.411
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>

9. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais médico-hospitalares	97.796	57.755
Material administrativo	7.353	5.343
Material de escritório	3.289	9.204
	<b>108.438</b>	<b>72.302</b>

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, administrativos e de escritório, nas demonstrações do resultado dos exercícios, são:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais médico-hospitalares	(1.773.242)	(1.712.849)

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)



Handwritten signatures in blue ink, appearing to be signatures of the organization's management.

Material administrativo	(272.607)	(420.896)
	<b>(2.045.849)</b>	<b>(2.133.745)</b>
	<b>31 de dezembro</b>	<b>31 de dezembro</b>
Despesa de estoque de material de escritório e outros	<b>de 2015</b>	<b>de 2014</b>
	<b>(166.971)</b>	<b>(451.675)</b>

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

	<b>31 de dezembro</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Valor</b>	<b>31 de</b>
	<b>de 2014</b>		<b>consumido</b>	<b>dezembro</b>
Materiais médico-hospitalares	<b>57.755</b>	<b>1.813.283</b>	<b>(1.773.242)</b>	<b>97.796</b>
Material administrativo	<b>5.343</b>	<b>274.617</b>	<b>(272.607)</b>	<b>7.353</b>
Material de escritório	<b>9.204</b>	<b>161.057</b>	<b>(166.971)</b>	<b>3.290</b>
	<b>72.302</b>	<b>2.248.957</b>	<b>(2.212.820)</b>	<b>108.439</b>

#### 10. ATIVO FIXO DA SES-GO E RECEITA DIFERIDA

Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES-GO e aditivo 01/2012-SES-GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO).

Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial.

As correspondentes depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. A despesa correspondente à depreciação e à amortização é compensada pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

A composição dos ativos é dada:

<b>Classe de ativos da SES-GO</b>	<b>Custo histórico</b>	<b>Depreciação e amortização acumuladas</b>	<b>31 de dezembro</b>	<b>31 de dezembro</b>
			<b>de 2015</b>	<b>de 2014</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	482.759	(371.113)	111.646	214.703
Equipamentos de informática	1.417.625	(1.083.942)	333.683	640.235
Direito de uso de softwares	3.223.940	(2.322.134)	901.806	1.607.810
Equipamentos para digitalização	2.823.096	(2.045.322)	777.774	1.388.024
Equipamentos médicos	263.760	(188.681)	75.079	144.410
Móveis e utensílios	199.220	(151.824)	47.396	91.143
<b>Total do ativo fixo da SES-GO</b>	<b>8.410.400</b>	<b>(6.163.016)</b>	<b>2.247.384</b>	<b>4.086.325</b>

A movimentação dos ativos em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista  
São Paulo/SP - CEP 01329-000  
Telefone: 11-5088-7900

[www.fidi.org.br](http://www.fidi.org.br)



<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.923.960</b>
Depreciações e amortizações	(1.837.635)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.086.325</b>
Depreciações e amortizações	(1.838.941)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.247.384</b>

A conciliação do saldo inicial com o final da receita diferida é:

<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.923.960</b>
(-) Reconhecimento ao resultado	(1.837.635)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.086.325</b>
(-) Reconhecimento ao resultado	(1.838.941)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.247.384</b>

Os efeitos da subvenção no resultado estão abaixo demonstrados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Efeito líquido no resultado</b>		
Depreciação dos ativos da SES-GO	(1.838.941)	(1.837.636)
Receita diferida da SES-GO reconhecida ao resultado	1.838.941	1.837.636
<b>Efeito líquido no resultado</b>	-	-

Composição da receita diferida:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Passivo circulante</b>		
SEDI 1 – Circulante	1.837.793	1.837.793
SEDI 1 – Não circulante	409.592	2.248.533

#### 11. ATIVO FIXO DA OSS-Fidi

O imobilizado e o intangível da OSS-Fidi foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO.

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.



Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.000	(34.542)	10.458	19.458
Veículos	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	-
Equipamentos de radiologia	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	141.372	(109.184)	32.188	44.621
Móveis e utensílios	102.992	(58.813)	44.179	67.813
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	-	-	-	-
Biblioteca	-	-	-	-
Equipamentos médicos	1.658	(1.091)	567	1.090
Equipamentos para medição radiológica	-	-	-	-
Equipamentos para digitalização	775.277	(433.492)	341.785	631.664
Imobilizações em andamento	-	-	-	563.645
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.066.299</b>	<b>(637.120)</b>	<b>429.177</b>	<b>1.328.291</b>
Direito de uso de softwares	146.535	(79.879)	66.656	57.978
<b>Total do intangível</b>	<b>146.535</b>	<b>(79.879)</b>	<b>66.656</b>	<b>57.978</b>

A movimentação dos ativos em 2015 é conforme disposta abaixo:

<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>147.853</b>
(+) Aquisição	1.432.741
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(2.618)
(-) Depreciação	(191.706)
(-) Baixa	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.386.269</b>
(+) Aquisição	104.579
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	8.200
(-) Depreciação	(439.571)
(-) Baixa de adiantamento de ativo	(563.645)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>495.833</b>

**12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Serviços médicos e técnicos a pagar	1.716.304	1.118.144
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	1.199.727	1.642.509
	<b><u>2.916.031</u></b>	<b><u>2.760.653</u></b>

**13. SALÁRIOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES**

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Encargos sociais a recolher	179.360	97.768
Salários a pagar	517.180	348.749
Descontos na folha de pagamento	15.769	11.074
	<b><u>712.309</u></b>	<b><u>457.591</u></b>

**14. CONTAS CORRENTE COM A OSS-Fidi**

Correspondem ao valor dos recursos da OSS-Fidi alocados ao contrato de gestão, líquidos das saídas de recursos para cobrir tais custos, conforme demonstrado abaixo:

<b>Em 31 de dezembro 2013</b>	<b>(1.359.490)</b>
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	2.619
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(6.042.699)
<b>Em 31 de dezembro 2014</b>	<b>(7.399.570)</b>
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	(8.201)
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(1.501.645)
<b>Em 31 de dezembro 2015</b>	<b>(8.909.416)</b>

**15. PROVISÕES**

A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial.

Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-Fidi constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4 emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A administração da OSS-Fidi, com base na opinião de seus assessores jurídicos, optou por interromper a provisão em setembro de 2015.

Em 2015 a Fundação é autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100 de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores

indevidamente recolhidos a esse título nos últimos cinco anos por se tratar de entidade beneficiante. A Fundação constitui mensalmente provisão em valor equivalente ao recolhimento em juízo, durante o andamento do processo.

O balanço da Entidade registra, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.747.933 (em 31 de dezembro de 2014: R\$ 1.196.134), correspondente aos processos, cuja movimentação é dada abaixo:

<u>Em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>651.138</u>
Constituição	544.996
<u>Em 31 de dezembro de 2014</u>	<u>1.196.134</u>
Constituição	481.201
Constituição – PIS	70.598
<u>Em 31 de dezembro de 2015</u>	<u>1.747.933</u>

Não há, na Entidade, processos considerados como sendo de perda possível ou ganho provável.

#### **16. PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

#### **17. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: CARACTERÍSTICA, REQUISITOS E MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

##### **CONTEXTO**

A Entidade e a OSS-Fidi são imunes à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Também possuem decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandado de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade e a OSS-Fidi são imunes à contribuição ao INSS (cota patronal).

Finalmente, foi movido processo de ação declaratória pleiteando reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária quanto ao recolhimento da contribuição do PIS, por se tratar de entidade beneficiante de assistência social, nos termos apontados no primeiro parágrafo deste contexto, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional.

##### **CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE**

A Entidade e a OSS-Fidi são sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, há a imunidade e o usufruto das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo.

## REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da OSS-Fidi, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). É aqui declarado que a OSS-Fidi: i) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

## CARACTERÍSTICA DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) E MUDANÇA NA SUA LEGISLAÇÃO

A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade benficiante de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) a isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

A Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09, que passou, então, a permitir a remuneração de dirigentes estatutários e diretores não estatutários, sob certos limites de valor emanados na própria alteração legal. Com base nessa mudança, a OSS-Fidi decidiu passar a remunerar sua diretoria estatutária. Para tanto, alterou seu estatuto em reunião de seu Conselho Curador ocorrida em 11 de março de 2014.

## REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A OSS-Fidi cumpre os seguintes requisitos:

### ESTATUTÁRIOS

- Remunera seus diretores estatutários dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.868/13, de 15 de outubro de 2013, que alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09.
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido.
- Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, de destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

### OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e as despesas, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- Conserva, em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC).

## 18. SEGUROS CONTRATADOS

A OSS-Fidi mantém cobertura de seguros para eventuais riscos sobre seus ativos, em montante suficiente, sendo que tais seguros cobrem os ativos da Entidade.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas por prazos e taxas que refletem as condições usuais de mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

A Entidade declara não possuir instrumentos financeiros derivativos por decisão interna da administração da OSS-Fidi.

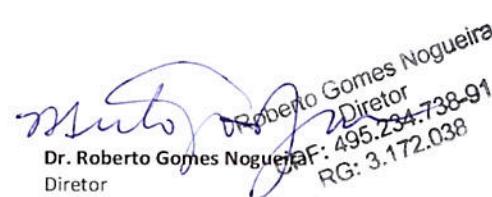
## 20. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2015 será incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

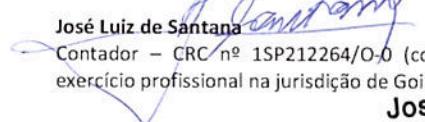
## 21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado na Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2015.

São Paulo, 29 de março de 2016.

  
Dr. Roberto Gomes Nogueira  
Diretor  
CPF: 495.234.738-91  
RG: 3.172.038

  
Dr. Marcos Hideki Idagawa  
Diretor Adjunto  
CPF: 128.385.838-08  
RG: 24.348.940-7

  
José Luiz de Santana  
Contador – CRC nº 1SP212264/O-0 (com comunicação de  
exercício profissional na jurisdição de Goiás)  
José Luiz de Santana  
Contador  
CRC - 1SP 212264/O-0